



Dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

**O Congresso Nacional decreta:**

**Art. 1º** Esta Lei dispõe sobre a obrigatoriedade de publicação de mensagem de advertência em peças publicitárias destinadas à comercialização de produtos ou serviços que contenham imagem digitalmente modificada para alterar as características físicas de pessoa retratada.

**Art. 2º** Para os efeitos desta Lei, considera-se:

I – peça publicitária: toda e qualquer publicação difundida em meios de comunicação com o objetivo de divulgar ou comercializar produto ou serviço;

II – meio de comunicação: qualquer ferramenta utilizada para a divulgação da peça publicitária, tanto em canais impressos quanto eletrônicos, abrangendo jornais, revistas, **outdoors**, **busdoors**, publicações patrocinadas, páginas ou perfis em redes sociais e **blogs** ou **vlogs**, bem como qualquer outro meio utilizado com fins comerciais ou publicitários;

III – imagem digitalmente modificada: qualquer alteração de características físicas na imagem retratada promovida por meio de ferramentas digitais.

**Art. 3º** As imagens referidas no art. 1º conterão advertência por escrito, nos seguintes termos: “Atenção, imagem retocada para modificar a aparência física da pessoa retratada”.

§ 1º A advertência deverá ser inserida em destaque e de forma legível, nos termos de regulamentação, em peças publicitárias veiculadas pelos meios de comunicação de que trata o inciso II do art. 2º.

§ 2º Em cartazes, **outdoors** e outras peças publicitárias destinadas à divulgação em espaços públicos, a advertência prevista no **caput** deste artigo deverá ser publicada em tamanho visível e proporcional ao restante da peça publicitária, nos termos de regulamentação.

SENADO FEDERAL

**Art. 4º** Aplicam-se às infrações a esta Lei as sanções previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

**Art. 5º** Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação oficial.

Senado Federal, em 20 de fevereiro de 2025 .



Senador Davi Alcolumbre  
Presidente do Senado Federal